

A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos¹

Testimonials representation in the discourse of environmental disasters: from social to discursive subjects

Márcia Franz Amaral²

RESUMO

O objetivo do trabalho é estudar a cobertura dos deslizamentos de terra ocorridos no Rio de Janeiro em 2011 pelas quatro revistas informativas semanais brasileiras. O trabalho analisa as especificidades dos discursos dos testemunhos a partir de um cotejamento com as fontes experts. Tanto a fala testemunhal quanto a do expert integram discursos sobre a catástrofe que soam naturalizados, mas estão inscritos em determinadas Formações Discursivas e ancorados por determinadas Formações Ideológicas. Mostramos como a experiência, aparentemente fonte do sentido, configura-se numa rede discursiva com o papel de evidenciar a singularidade. Conclui-se que a experiência das fontes testemunhais é circunscrita discursivamente em papéis específicos e relatada de forma afastada do poder e do conhecimento.

Palavras-chave: sujeito e discurso, cobertura de catástrofes, fontes jornalísticas, testemunhos, jornalismo de revista.

ABSTRACT

The objective of this paper is to study the coverage of four Brazilian weekly news magazines during the landslides in the mountainous region in the municipalities of Rio de Janeiro in 2011 that killed 860 people. This study examines testimonies discourses specificities from a comparison with expert sources. Both testimonial and expert speech are part of discourses about the catastrophe that sound naturalized but are art of certain Discursive Formations and anchored by certain Ideological Formations. We show how experience, apparently a source of meaning, sets up a discursive network with the role of highlighting singularities. It is concluded that the experience of testimonial sources is discursively confined to specific roles and is reported far from power and knowledge.

Key words: subject and discourse, coverage of disasters, journalistic sources, testimonials, magazine journalism.

¹ Uma versão deste artigo, intitulada *Os testemunhos na cobertura das catástrofes ambientais*, foi apresentada no XX Encontro Anual da Compós, em Porto Alegre, em 2011.

² Universidade Federal de Santa Maria. Avenida Roraima, 1000, Camobi, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

Introdução

O artigo analisa o teor testemunhal presente na cobertura dos deslizamentos de terra ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro no primeiro mês de 2011 nas revistas *Veja*, *Isto é*, *Época* e *Carta Capital* (08 edições). As reflexões apresentadas integram a pesquisa financiada pelo CNPq intitulada *Testemunhos e experts nos acontecimentos das catástrofes ambientais*.

Partimos dos aportes da Análise do Discurso para os quais os indivíduos se tornam sujeitos de discursos diversos e se configuram em agentes sociais bastante complexos (Pinto, 1989), pois de sujeitos sociais passam a serem considerados sujeitos discursivos. Trabalhamos com duas camadas de análise: uma primeira circunscrita ao papel das fontes jornalísticas e outra destinada a analisar esse papel do ponto de vista discursivo.

As fontes jornalísticas constituem-se, nesta perspectiva, em locutores que ocupam diversas posições de sujeito disponibilizadas no discurso. É preciso ponderar que os sujeitos são sobredeterminados por diversos condicionantes e, ao mesmo tempo, como agentes sociais, têm determinadas liberdades; são coagidos pelo contrato de comunicação em que se inserem ao mesmo tempo em que são livres para se individualizar. Brandão apresenta o sujeito como algo essencialmente histórico, afirmando que a “sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (1998, p. 41). Assim, dedicamo-nos a refletir sobre a representação do testemunho nas matérias jornalísticas sobre catástrofes.

Quando as fontes são acionadas pelo discurso jornalístico são interpeladas por determinadas Formações Ideológicas (mecanismos de produzir a evidência) que circunscrevem suas falas em determinadas Formações Discursivas. Por isso, pressupomos que o discurso jornalístico constrange sistematicamente cada uma das fontes a lugares pré-determinados e, no caso das matérias sobre catástrofes, disponibiliza posições de sujeito ligadas a valores como poder, experimentação e conhecimento. Ou seja, há discursos historicamente já constituídos que emergem repetidamente na fala dos mesmos tipos de fontes, ligados às condições sociais de produção dessas falas.

Os depoimentos das fontes, sejam elas autoridades, *experts* ou testemunhos, são determinantes na construção do acontecimento. Afinal, o acontecimento não é uma realidade objetiva externa alheia ao sujeito que a percebe (Alsina, 2009, p. 12). A escolha e a manifestação das fontes estão condicionadas ao tipo de acontecimento em questão

e ajudam a construí-lo. O acontecimento catastrófico demanda várias fontes para reconstituir os elementos do passado e do presente. As fontes auxiliam no cumprimento do contrato pragmático e fiduciário com o leitor na exigência de que a informação midiática seja real. E os testemunhos costumam ter visibilidade nas catástrofes porque possuem esta especificidade. Como afirma Ricouer (2007), a genealogia da prática testemunhal é a fidedignidade.

Consideramos fontes autorizadas ou oficiais as pessoas com função de representação institucional ou organizacional. Os *experts* são fontes que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas, são convocados para explicar o fato pela sua qualificação profissional. Já os testemunhos têm visibilidade pelo relato da sua experimentação, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele.

Os testemunhos, ao longo da história do século XX, configuraram-se num tipo de discurso de indivíduos e grupos sociais que viveram situações traumáticas e necessitaram de espaços de expressão e de escuta. Na interface entre a literatura e a história, o discurso do testemunho transformou-se numa tendência, a Literatura de Testemunho, ligada sobretudo ao Holocausto (testemunho do Shoah) e às ditaduras latino-americanas (testimonios). Assumiram o papel de resgate da história contemporânea (embora o Holocausto seja considerado um evento sem testemunhas) e de vetor da voz dos marginalizados e excluídos. Como afirma Seligmann-Silva (2003), a literatura do século XX – Era das catástrofes e genocídios – ilumina retrospectivamente a história da literatura após 200 anos de autorreferência, que passa a ser revista a partir do questionamento do seu compromisso com o real.

Era das catástrofes

Para além do holocausto e das ditaduras latino-americanas, uma suposta nova tirania passa a ser cada vez mais considerada, reconhecida e testemunhada: as catástrofes ambientais, compostas por fenômenos extremos como terremotos, *tsunamis*, temporais, enchentes, erupção de vulcões, inundações, deslizamentos e secas.

A defesa do meio ambiente tomou o lugar das grandes narrativas do início e da metade do século XX. Consequentemente, o tema do ambiente vem ganhando muita importância no campo jornalístico e, especialmente,

nos aspectos ligados ao clima, personagem central da maioria das tragédias. A catástrofe enquadra o discurso do meio ambiente de forma menos abstrata, pois normalmente ele é visto fora das relações sociais complexas, ou seja, o discurso ambiental se materializa em questões sociais quando ocorre uma catástrofe.

A ANDI (Associação Nacional dos Direitos da Infância) realizou a pesquisa *Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira* que analisou 50 jornais brasileiros entre 2005 e 2007³. Com base na pesquisa, Fioravanti (2008) afirma que a nova vedete do jornalismo é a mudança climática. No jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a quantidade de reportagens cresceu quatro vezes entre 2006 e 2007. Entretanto, ao comparar os jornais *Independent* e *Folha de S. Paulo*, concluiu-se que a cobertura do jornal inglês é mais participativa e representa os interesses da população, dos políticos e dos cientistas de forma mais clara, enquanto a da *Folha* utiliza um discurso totalmente baseado no que os pesquisadores dizem. O jornal inglês também publica maior quantidade de matérias sobre mudanças climáticas e a *Folha* ainda é muito dependente de agências internacionais, pois existem poucos jornalistas brasileiros trabalhando no tema. Enquanto no cenário britânico os estudos e as perspectivas de impacto das mudanças climáticas atraem novos participantes e contribuem para motivar o Estado a intervir, no Brasil, acentuam a assimetria de poder, mantendo os cientistas como protagonistas e postergando a participação de outros atores sociais e a ação do Estado (Fioravanti, 2008).

Pesquisadores da UNICAMP afirmam que dos 5,5 mil municípios brasileiros, mais de 3,3 mil viveram situações de catástrofes nos últimos cinco anos (Steimberger-Elias, 2010) e muitas delas envolvem o clima. Entre estes números, estão acontecimentos de destaque como as enchentes e os deslizamentos em Santa Catarina em 2008. O ano de 2010 também foi considerado um ano emblemático pela quantidade de fenômenos deste porte no país com os deslizamentos em Angra dos Reis, as chuvas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em cidades do nordeste. O ano de 2011 inicia-se no Brasil num ritmo ainda mais trágico, com 860 mortos, mais de 200 desaparecidos e milhares de desabrigados e desalojados nos deslizamentos ocorridos nas cidades serranas do Rio de Janeiro, considerado o maior desastre “natural” do país.

Inúmeros relatórios científicos, como o Relatório Stern, e produtos como o documentário *Uma Verdade Inconveniente*, de Al Gore, contribuíram, conforme a

ANDI, para deslocar a ideia abstrata das mudanças climáticas para fatos bastante concretos, desde o derretimento de geleiras até o furacão Katrina, passando pelo descaso das autoridades ou os conflitos de interesses econômicos embutidos nas grandes narrativas supostamente consensuais sobre a proteção do ambiente. Em 2010, houve as inundações na Ilha da Madeira, os terremotos no Haiti e no Chile. Para encerrar o ano, o soterramento e o resgate dos mineiros no Chile, que também deixou em evidência a relação homem e natureza.

Nestrovski (2000) explica que a palavra catástrofe vem do grego e significa “virada para baixo” (*kata + strophê*) e é, por definição, um evento que provoca trauma, outra palavra grega, que significa ferimento. A característica do trauma é ser um estímulo demasiado grande para ser assimilado. O acontecimento catastrófico é desorganizador, desestabilizador e cheio de singularidades. Tem aspectos imensuráveis, difíceis de serem relatados por jornalistas e fontes, o que demanda do jornalismo um esquadramento exaustivo. Afinal, quem é quem nestas tragédias? Quais são suas causas? Como o a população se organiza no momento pós-trauma? Qual é o papel dos Governos, da imprensa, dos cientistas, da defesa civil, das instituições, dos especuladores imobiliários, dos políticos em geral e da população? Como outros países se organizam? Como deve ser a cobertura de tais acontecimentos? Vários atores sociais atuam nessa narrativa e muitos deles tornam-se visíveis como fonte em citações diretas e indiretas. O jornalismo assume, nestes casos, o papel de “domar o selvagem, colocar ordem nas coisas, conhecê-las, nomeá-las, explicá-las e consensualizá-las para poder assimilá-las” (Motta, 2004, p. 7).

Nessa construção do acontecimento catastrófico, o jornalismo movimenta vários sentidos que envolvem a relação do homem com o ambiente, a política e a ciência e ajudam a redefinir cotidianamente a realidade pública.

O fazer jornalístico, mais do que registrar e informar, tem a função social de testemunhar e confirmar reiteradamente o pacto social fundado na comunidade estabelecida, afirma Gomes (2000). Para a autora, um dos eixos que auxilia na identificação das formas de abordagem ante um mesmo tema é a observação das fontes, porque seu número se relaciona tanto à meta de apuração dos fatos quanto à meta de diversidade de opiniões, elementos do ideário jornalístico e do direito à informação postulado pela luta por direitos humanos. Aliás, valores ligados aos direitos humanos são seguidamente a base imaginária da cobertura midiática dos acidentes.

³ Disponível em <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br>.

O tom testemunhal no jornalismo

O relato jornalístico, muitas vezes, busca transmitir uma experiência a que o destinador não teve acesso direto e imediato. Sodré (2009, p. 48) nos auxilia na compreensão da definição de testemunho.

Ser testemunha é assistir a um acontecimento, ter em consequência um acesso direto, imediato ao que se está produzindo. O fato de estar presente no lugar confere à testemunha direitos orais e direitos à comunicação.

Histor (de onde deriva a palavra história) é como o antigo grego designava a testemunha, aquele que, por ter visto o acontecimento, investia-se no direito de narrar.

O direito de narrar, no jornalismo, é inicialmente do jornalista, que pode ter vivido a tragédia “na pele” ou apenas tem o papel de reconstituí-la. Baseados em Rodrigues (1997, p. 1), lembramos que o testemunho é a comunicação “que existe entre alguém que teve a experiência direta e imediata de um acontecimento ou de um fenômeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência direta e imediata”. O efeito específico tanto do testemunho como da transmissão da experimentação é um efeito de natureza informativa, de dar a conhecer a alguém uma experiência a que não teve acesso, diz o autor. Mas a informação assegurada pelo testemunho é de natureza diferente da informação assegurada pela cadeia de transmissão. Para ele, quem vive a experiência tem o privilégio de verificar a correspondência da mensagem com o fenômeno relatado. Aos que relatam a experiência, é imputada a fidelidade da transmissão.

Para Rodrigues (1997), a reconstituição da experiência vivida exige procedimentos como a averiguação dos fatos e dos fenômenos que ocorreram, a credibilidade do testemunho de quem teve a sua experiência primeira e a apreciação da fidelidade de cada um dos elos da cadeia de transmissão da experiência.

É constitutivo do jornalismo que sua narração tenha um teor testemunhal, garantido por sua *habitus* profissional e seu contrato com o leitor. Também podemos observar que, muitas vezes, a experiência aparece relatada numa mescla entre o testemunho do repórter e o testemunho das vítimas (em trechos com citações literais ou não literais).

“Vi corpos na calçada, presos em galhos de árvores que a enxurrada trouxe, em todos os lugares”, diz. Com água na cintura, andou até a casa do irmão. O 2º andar já havia sido invadido pelas águas. Não havia ninguém com vida ali. Dois dias depois, Marco Antônio estava no IML improvisado no centro de Teresópolis, reconhecendo a última das vítimas a ser de sua família a ser encontrada. Era a sobrinha mais nova, Raiane, de 6 anos (Época, 2011a).

Frequentemente, em boletins ao vivo ou em textos autorais em reportagens, o repórter, mesmo não sendo vítima, nem tendo experienciado diretamente a situação traumática, assume este lugar por chegar no calor do acontecimentos, como foi o caso do repórter Diego Escosteguy na revista *Veja*, cuja capa e várias páginas foram ocupadas com um depoimento dele totalmente entre aspas (Figura 1): “Escrevo este relato no chão de Porto Príncipe, a cidade que acabou e agora recende a morte e sofrimento”.

A situação é tão dramática que presenciar os momentos pós-tragédia é suficiente para ser testemunha do acontecimento traumático. Entretanto, o tom testemu-



Figura 1. Revista *Veja* (2010, edição 2149).

Figure 1. *Veja* magazine (2010, issue 2149).

nhal do relato jornalístico está submetido a certas rotinas e vigilâncias éticas do campo jornalístico. O jornalista ocupa o lugar de testemunha, mas trata-se de um tipo de testemunho específico que se utiliza do poder também de organizar a narração, escolher quem fala, o que fala e como fala. Evidentemente, quanto maior é a tragédia, mais marcas de testemunho similares às das vítimas estarão presentes no discurso do jornalista. Assim, o teor testemunhal pode estar presente também em declarações de outros tipos de fontes, como veremos no caso das fontes do tipo *expert*. Também é possível notar que, na cobertura de catástrofe, muitas vezes, o teor testemunhal está diluído em toda a matéria.

Mas, se algumas vezes, mediador e testemunho coincidem (Pereira, 2009), como no caso do jornalista que testemunha algo e ao mesmo tempo relata sua vivência, na maior parte das vezes, o testemunho de uma pessoa passa por um mediador que pode ser o jornalista e, portanto, é submetido a diferentes formas de coleta, redação e edição da vivência.

O envolvimento do jornalista com a catástrofe é diferente do envolvimento com outros temas mais corriqueiros, pelos aspectos emocionais que cercam estes acontecimentos e pela iminência, em muitos casos, de o jornalista se tornar uma vítima também. A cobertura dos furacões nos Estados Unidos denominados Katrina e Rita, segundo Izard e Perkins (2010), tiveram como diferencial o abandono de uma abordagem equilibrada dos jornalistas e a evidência de suas emoções, até porque jornalistas e seus familiares foram também afetados. Para os autores, nestes casos, os repórteres não podem mais se contentar em fazer um trabalho de cobertura supostamente equilibrado, mas devem buscar a verdade, comparar e contrastar os diversos pontos de vista para melhor representar os acontecimentos. Há uma noção de que, nestes casos, a cobertura equilibrada privilegia o *status quo*. O trabalho do jornalista não pode ficar circunscrito a descrever e testemunhar, mas o jornalismo precisa se engajar e tomar a liderança.

Para além do tom testemunhal constitutivo do jornalismo, muitas vezes, são as fontes que assumem este papel, tema ao qual nos dedicamos agora.

O testemunho nas fontes jornalísticas

A partir da análise de *Veja*, *Isto é*, *Época* e *Carta Capital* durante o mês de janeiro, sistematizamos as

características das fontes testemunhais encontradas para compreender as especificidades deste tipo de relato. Optamos por analisar as fontes mencionadas, visto que para estudarmos as fontes utilizadas teríamos que fazer um estudo no âmbito da produção. Constatamos também que para analisar um tipo de fonte jornalística é necessário cotejá-la com as demais, pois dificilmente poderemos concluir sobre suas características sem o tensionamento com as demais. Optamos, neste trabalho, por cotejar as fontes testemunhos com as fontes *experts*, pontuar algumas especificidades e, posteriormente, pensá-las como sujeitos discursivos.

Especificidades das fontes testemunhais

O testemunho no jornalismo raramente existe “em si”, normalmente integra uma reportagem e convive com outros relatos. À fonte testemunha cabe ilustrar o sofrimento. Ao contrário das fontes oficiais e dos *experts*, os testemunhos exercem funções peculiares no jornalismo não focadas na explicação cognitiva dos fatos até porque algumas estratégias tradicionais das fontes (como controlar ou seduzir) não funcionam no caso dos testemunhos, pois dificilmente estarão organizadas socialmente e estrategicamente para pensar sua fala. Quem pode testemunhar é, em primeiro lugar, quem sobreviveu ao trágico acontecimento. Em segundo lugar, é alguém que o vivenciou. Em terceiro lugar, é alguém a quem o jornalista avaliou que deveria dar a palavra, ou seja, quem tem a história mais interessante para contar.

Afirma Rodrigues (1997, p. 1) que o testemunhador “possui o privilégio exclusivo de deter o poder de controlar a veracidade de sua mensagem, pelo facto de ter experienciado direta e imediatamente os fenómenos e os acontecimentos que narra.” Podemos afirmar que uma vez autorizada sua presença no discurso, seu manifesto é da ordem da veracidade.

“Ouvi um barulho de árvore quebrando e avisei minha neta para sairmos dali. Ela disse que não ia acontecer nada, lembra Nely. [...] Perdi minha casa, minha família e minha felicidade”, diz Nely. “Só restou uma parede azul, nem tenho mais fotografias” (Isto é, 2011b).

“A gente só fazia rezar para a água não levar a casa”, disse Joaci. [...] “Eu só estava preocupado que não enchesse mais porque eu teria que deixar meu irmão

para trás.”, afirma Joaci, que interrompe a entrevista para chorar (Época, 2011a).

“Não sei para onde vou, mas para lá não volto mais”, prometeu (Época, 2011a).

Consideramos que, de forma geral, o testemunho tem a função de demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal, afinal, nele alguém relata o que viu ou ouviu ou sentiu. A fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento. O testemunho traz o que há de marcante numa vivência intransferível (Nestroviski, 2000, p. 10) e, por vezes, transmite a ideia de que se trata de uma vivência inenarrável.

“É lá que está brotando corpo”, dizia a guarda municipal em Teresópolis, apontando para os bairros da Posse de Campo Grande (Época, 2011a).

“Até agora só consegui encontrar um homem morto e resgatei o braço de uma criança. É muito triste” (Isto é, 2011b).

“De repente, começaram a descer pedra, madeira e muitas pessoas levadas pela correnteza”, diz Marcio (Carta Capital, 2011b).

“Tenho que passar pomada com cheiro de menta no nariz para poder trabalhar. O mau cheiro está insuportável”, disse um dos funcionários responsáveis pelo transporte dos corpos em Nova Friburgo, que prefere não se identificar (Isto é, 2011b).

Estava ali, sob o calor de 40 graus, para sepultar os pais, dois filhos, a irmã, o cunhado, o sobrinho, a sogra e outros parentes da mulher, [...] “Como o Erick aguenta?” (Época, 2011a).

No jornalismo, o testemunho não se configura num relato acabado com fins de recuperação da memória de fatos históricos, como, por vezes, constatamos na literatura. O objetivo primeiro do testemunho é afirmar a realidade. Assim como as vítimas têm necessidade de narrar o que lhes aconteceu, cabe ao jornalismo tentar reconstruir a experiência traumática. É, muitas vezes, um relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas, porém, convocado a dar efeito de real ao discurso da notícia ou da reportagem. Nas reportagens, os testemunhos não são extensos. Também não é seu objetivo primeiro reconstruir a história, pois essa função de organização da

narrativa cabe ao jornalista. O testemunho traz o efeito de realidade, apaga “a intervenção inevitável e incontornável da linguagem, não só para a comunicação, mas também para a constituição da própria experiência” (Rodrigues, 1997, p. 1).

Outra função do testemunho é ressaltar o que há de mais humano ou desumano em tal acontecimento. É denunciar uma perda e a vivência ou sobrevivência de um evento radical e limite. As fontes testemunhais sozinhas não dão o sentido primeiro ao fato, elas compõem um relato necessariamente acompanhado de outros, até porque a vivência não é autoexplicativa, ela não basta ao relato jornalístico.

O testemunhador ascende à condição de fonte não pelos seus capitais (culturais, sociais, econômicos ou simbólicos). O que torna alguém fonte nestas condições é justamente sua expropriação. Quem fala, o faz a partir de sua experiência e não a partir de seu capital. Por vezes, quem fala como testemunho fala justamente a partir de sua ausência total de capital e do seu sofrimento. Por isso, um efeito do testemunho no jornalismo é dar visibilidade a pessoas não corriqueiramente representadas na cena midiática.

“Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura”, diz Elcio Machado, enquanto varria lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas (Isto é, 2011a).

Na caracterização da tipologia das fontes jornalísticas, os testemunhadores são irregulares, informais, desorganizados e raramente integram a agenda de fontes dos jornalistas. Entretanto, muitas vezes, exercem a função de democratizar ou pluralizar a informação jornalística, retirando o fato de sua esfera estritamente institucional, oficial ou hegemônica. A fonte testemunhal difere-se das demais porque não surge de uma autoridade ou de um conhecimento instituído que o jornalista reconhece como legítimo, mas sim na opção do repórter de relatar um fato do ponto de vista de uma vivência individual.

A parcialidade é outra característica do testemunho. Quanto menos imparcial for o testemunho, mais envolvente será. Seu objetivo primeiro não é reconstruir a história, mas relatá-la de seu ponto de vista individual. Entretanto, a parcialidade diz respeito à forma fragmentada como o testemunhador enxerga o acontecimento e não necessariamente a um “tomar parte”.

“Graças a Deus não morreu ninguém da minha família. Construí esta casa com meu pai, também pedreiro. Agora vou fazer de novo” (Isto é, 2011a).

“Minha casa foi arrasada, a lavoura onde meu marido trabalhava não existe mais. Não sabemos o que fazer”, diz Tatiana Janício, 19 anos (Isto é, 2011a).

As declarações das fontes podem ter diversos efeitos valorativos: de decisão (performativa), de saber (autoridade pelo saber), de opinião (julgamento), como afirma Charaudeau (2006, p. 63). As fontes testemunhais não participam de abordagens do tema de maneira a contextualizar, explicar, avaliar ou propor, mas contribuem com a abordagem factual.

O cotejamento com os experts

Os *experts* têm papel destacado na cobertura das catástrofes, pois transcendem a experiência traumática propondo explicações para ela. Enquanto as fontes comuns respondem questões factuais (o quê, quem, quando e onde) as fontes do tipo “autoridade” e “*experts*”, respondem o como e o porquê. Sponholz (2008) lembra que, do ponto de vista epistemológico, jornalistas e cientistas têm diferentes formas de acesso à realidade, com base, respectivamente, no singular e no universal. O jornalista pode conhecer mais sobre um fato isolado do que um cientista, mas talvez o jornalista tenha dificuldade em reconhecer certas conexões. “Nesse contexto insere-se o *expert* e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça” (Sponholz, 2008). O protótipo do *expert* é o cientista. Para ela, em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar. Além disso, os *experts* têm a imagem de fonte neutra que não necessita ser confrontada.

Normalmente, os *experts* não são confrontados com outras fontes. Mas, ao contrário que pode se supor, a sua competência científica não é o único critério de sua aparição. Para Sponholz (2008), o *expert* não é aquele que apenas tem o conhecimento específico, mas aquele que também tem acessibilidade e qualidade comunicativa. A autora cita levantamentos feitos com cientistas norte-americanos que não mostram relação entre a produtividade científica de um pesquisador e a frequência com a qual ele foi entrevistado. O principal indicador para escolher um cientista para ser entrevistado é a sua vinculação institucional e a posição hierárquica e não sua produção científica.

Outra ponderação a se fazer, é que os *experts* não são necessariamente fontes desinteressadas. Há *experts* do tipo *newsmakers*, como os ativistas ligados ao Greenpeace, os do tipo *think tanks*, que pertencem a organizações que buscam influenciar na cobertura jornalística e nas políticas públicas, e os de tipo *newsshapers*, que se restringem a fornecer informações no âmbito interpretativo (Sponholz, 2008). Estes últimos seriam os *experts* típicos, supostamente desinteressados, enquanto os outros compõem o relato de um dos lados da história.

No caso da cobertura analisada, as fontes *experts* foram do tipo *newsshapers*, cujas manifestações tiveram as seguintes abordagens (Charaudeau, 2006, 2008):

(a) Contextual

“Ao contrário dos outros locais, em que não havia mais riscos quando chegamos, aqui houve desabamentos durante os trabalhos de resgate” (Veja, 2011).

(b) Explicativa

“Essas mudanças alteram o ciclo de formação das chuvas e provocam fenômenos sem precedentes”, diz João Willy Rosa, professor de geociências da Universidade de Brasília (UNB)” (Veja, 2011).

(c) Avaliativa

“Não há homens para isso, minha senhora”, respondeu o bombeiro. “Nossa prioridade é resgatar os vivos”, disse, inadvertidamente sugerindo que eram infundadas as esperanças da jovem de encontrar o pai vivo (Veja, 2011).

(d) Prescritiva ou propositiva

“São as prefeituras que regulam o uso do solo, autorizam construções e fiscalizam regiões de risco”, diz o cientista político Ignácio Cano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para ele, a situação chegou a um ponto em que “é preciso uma política com um componente repressivo que impeça a construção irregular e remova quem está em área de risco” (Isto é, 2011b).

Como constatamos, o jornalista interpela o *expert* para que ele auxilie na compreensão do fato por intermédio da análise de particularidades e universalidades. Já o testemunho é interpelado para que as singularidades venham à tona. São as fontes *experts*, por exemplo, que vinculam o debate sobre as alterações climáticas à agenda mais ampla do desenvolvimento e do crescimento e também são elas que buscam as causas das tragédias e os responsáveis por ela.

Entretanto, é interessante frisar que mesmo a fonte *expert* pode fazer declarações de teor testemunhal: “Infelizmente, já perdi colegas. Posso vir a perder outros mais.”, afirmou um bombeiro numa reportagem de *Veja* (2011).

Questões que permanecem

Há, também, a ser observada uma política de visibilidade das fontes que varia na medida em que o tempo passa. Ou seja, na medida em que o acontecimento se desenrola, a política de consulta a fontes se modifica e as fontes testemunhais vão se tornando rarefeitas.

Importante é ressaltar que, muitas vezes, os testemunhos aparecem tão somente corroborando ou ampliando a tese defendida pela matéria jornalística. Na maior parte das vezes, não há uma pluralidade de pontos de vista, apenas de locutores. Aos testemunhos são interditas posições explicativas, contextualizadoras ou propositivas ou ainda declarações que expressem revolta, resistência ou oposição. Consideramos que, de forma geral, o testemunho tem a função de demonstrar um fato ou uma situação, de ser uma prova cabal, afinal, nele alguém relata o que viu ou ouviu ou sentiu. Os testemunhos baseiam-se sobretudo na representação da sensação bruta, do concreto, do imediato, do instrumental e não operam com a explicação e o distanciamento dos fatos. A experiência é imputada sempre ao indivíduo e não a uma coletividade. Além do mais, essa vivência é representada como a fonte do sentido, como se fosse independente do discurso (Hartley, 2001, p. 106).

Para Charaudeau (2006), os critérios para a escolha dos atores sociais que terão visibilidade na matéria jornalística servem ora a objetivos de credibilidade, ora a objetivos de captação e podem obedecer a várias lógicas. No caso da fala das pessoas que testemunham, elas não são relacionadas à notoriedade, à representatividade ou à polémica, apenas à expressão da experiência traumática.

A principal especificidade do testemunho no jornalismo é o relato de uma vivência radical, de uma situação-limite representativa para a coletividade ou para algum segmento social. Consideramos que os testemunhos são o ponto de observação, o ângulo desde onde analisamos o discurso da catástrofe nesta pesquisa. Para além de um relato supostamente recheado de realidade, o testemunho é, sobretudo, um tipo de representação. Mas não é uma representação como qualquer outra, pois tem a marca da violenta presença do trauma. Além disso, abriga, no caso

das catástrofes ambientais, concepções preexistentes sobre o meio ambiente, as alterações climáticas e o papel de cada ator social ouvido, envolvido e citado. As fontes jornalísticas são um mirante para a observação de vários campos sociais que convivem na produção da notícia e confluem para dentro dela. São o vértice para onde convergem várias questões que dizem respeito não somente à instância da técnica jornalística, mas também à instância da ordem da representação social, da pluralidade e da convivência entre poder, conhecimento e experiência.

A definição de “quem pode falar o quê em que lugar” integra as condições de existência deste discurso (Pinto, 1989, p. 39). As fontes *experts* são construídas como sujeitos de autoridade. Já a vivência das fontes testemunhais é relatada como pura concretude, como um real autossuficiente (Gomes, 2000, p. 24), como forma afastada do poder e do conhecimento formal, num enredo discursivo com papel bem específico.

Especialistas e vítimas das catástrofes, transformados em fontes jornalísticas pelo jornalismo, são assujeitados e circunscritos a determinados papéis sobre os quais eles não têm total consciência e controle. Aliás, para Orlandi (1998), o modo como o sujeito ocupa seu lugar não lhe é acessível, assim, como o sujeito é sujeito *de*, ele também é sujeito *à*. Embora as fontes jornalísticas individualmente participem como agentes sociais mais ou menos conscientes do seu papel numa catástrofe, por exemplo, também estão assujeitados a determinados discursos.

Ao serem convocadas pelos jornalistas, as fontes acionam ainda Formações Imaginárias e colocam em ação os lugares sociais que ocupam, bem como a posição do jornalista e da revista. O cientista, por exemplo, sabe que deve falar certas coisas e não outras. Por sua vez, o testemunho, normalmente destituído de capitais, percebe que cabe a ele apenas lamentar. Para Charaudeau, o sujeito

se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato (2004, p. 458).

Resgatamos então, nesses discursos, os esquecimentos de Pêcheux *et al.* (1993), pois as fontes testemunhais aparecem como a origem absoluta de sua fala, como

se a experiência fosse a fonte dos sentidos, como se seus depoimentos não pertencessem a uma rede discursiva e como se não houvesse a retomada de sentidos e de já ditos que circunscrevem seus lugares de fala. Esses lugares de fala existem de acordo com relações de poder naturalizadas que permitem a alguns discursos explicar enquanto outros, supostamente destituídos de poder, têm papéis interditados, restando a eles apenas ilustrar e comover.

Referências

- ALSINA, M. 2009. *A construção da notícia*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- BRANDÃO, H. 1998. *Introdução à análise do discurso*. 7ª ed., Campinas, Unicamp, 122 p.
- CHARAUDEAU, P. 2004. Sujeito do Discurso. In: P. CHARAUDEAU; D. MAINGUENEAU, *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto, p. 459.
- CHARAUDEAU, P. 2008. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo, Contexto, 249 p.
- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discurso das Mídias*, São Paulo, Contexto, 283 p.
- FIORAVANTI, C. 2008. Em busca de outras formas de ver e pensar. Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/em-busca-de-outras-formas-de-ver-e-pensar>. Acesso em: 03/06/2010.
- GOMES, M. 2000. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo, Hacker/EDUSP, 112 p.
- HARTLEY, J. 2001. Experiência. In: T. O'SULLIVAN; J. HARTLEY; D. SAUNDERS; M. MONTGOMERY; J. FISKE, *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba, UNIMEP, p. 106.
- IZARD, R.; PERKINS, J. 2010. *Covering disaster: Lessons from media coverage of Katrina and Rita*. New Brunswick, Transaction Publishers, 125 p.
- MOTTA, L. 2004. Sobre o trabalho simbólico da notícia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XIII, Recife, 2004. *Anais...* Recife. [CD-ROM].
- NESTROVSKI, A. 2000. Vozes de crianças. In: M. SELIGMANN-SILVA (org.), *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, p. 185-206.
- ORLANDI, E. 1998. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 156 p.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F.; HAK, T. (org.). 1993. *Análise Automática do Discurso*. 2ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 319 p.
- PEREIRA, L. 2009. *Diário de um detento: nas fronteiras do gênero testemunho*. Santa Maria, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 127 p.
- PINTO, C. 1989. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney – ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo, Editora Hucitec, 193 p.
- RODRIGUES, A. 1997. Comunicação e experiência. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-comunicacao-experiencia.html>. Acesso em: 18/03/2010.
- RICOUER, P. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 353 p.
- SELIGMANN-SILVA, M. (org.). 2003. *História, Memória, Literatura: O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, Editora da Unicamp, 252 p.
- SODRÉ, M. 2009. *A narração do fato – notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 287 p.
- SPONHOLZ, L. 2008. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. *Sociedade e Estado*, 23(3):591-619. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000300004>
- STEIMBERGER-ELIAS, M. 2010. Estudo das Condições de Produção e Circulação de Relatos sobre Desastres e Catástrofes na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXIII, Caxias do Sul, 2010. *Anais...* Caxias do Sul, p. 3369-3381.

Fontes primárias

- CARTA CAPITAL. 2011a. Afogados no descaso. São Paulo, 26 jan., p. 18.
- CARTA CAPITAL. 2011b. A culpa é do homem. São Paulo, 19 jan., p. 12.
- ÉPOCA. 2011a. A maior tragédia do Brasil. São Paulo, 17 jan., p. 24.
- ÉPOCA. 2011b. Por que somos solidários. São Paulo, 24 de jan., p. 32.
- ISTO É. 2011a. A dura vida numa região devastada. São Paulo, 26 jan., p. 40.
- ISTO É. 2011b. A mesma cena. São Paulo, 19 jan., p. 40.
- VEJA. 2010. O dia em que o mundo acabou. São Paulo, 23 jan., p. 62.
- VEJA. 2011. Um banho de lama na civilização. São Paulo, 19 jan., p. 48.

Submetido: 13/11/2012

Aceito: 17/03/2013